





A bifurcação Natureza/Cultura e o Correlacionismo Radical em *Gender Hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism* ¹

The Nature/Culture bifurcation and Radical Correlationism in "Gender Hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism"

Kelle Cristina Pereira da Silva ²

Resumo: O presente artigo tem por propósito analisar a obra "Gender Hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism", de Sheila Jeffreys, à luz das críticas ao correlacionismo de Quentin Meillassoux e dos apontamentos acerca da bifurcação natureza/cultura levantados por Bruno Latour. Com base neste objetivo, primeiramente, apresenta-se um breve resumo da obra, no qual são apresentados os fundamentos principais da tese da autora. Em seguida, os conceitos de gênero e transgeneridade, pontos chaves do livro, são apresentados e relacionados às ideias centrais das filosofias de base correlacionista. Outrossim, busca-se demonstrar como tanto gênero, quanto a transgeneridade, aparecem na obra como conceitos bifurcados. Por fim, sugere-se alguns autores que podem ajudar a pensar as questões de gênero fora, seja de um paradigma correlacionista, seja de um conceito bifurcado.

Palavras-chave: Bifurcação; Correlacionismo; Gênero; Transgeneridade.

Abstract: This article aims to analyze the work "Gender Hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism", by Sheila Jeffreys, based on criticisms on correlationism, by Quentin Meillassoux and the notes on the bifurcation of nature and culture raised by Bruno Latour. Based on this objective, first, a brief summary of the work is presented, in which the main foundations of the author's thesis are presented. Then, the concepts of gender and transgenderism, key points of the book, are presented and related to the central ideas of correlationist-based philosophies. Furthermore, it seeks to demonstrate how both gender and transgenderism appears in the work as bifurcated concepts. Finally, we suggest some authors who can help thinking about gender issues outside either from a correlationist paradigm, or from a bifurcated concept.

Keywords: Bifurcation, Correlationism, Gender, Transgenderism.

¹ Artigo desenvolvido a partir do trabalho final da disciplina de Atualização e Prática do Direito – Teoria dos Sistemas e Teoria Ator-Rede (2020), ministrada pelo professor Otávio Souza e Rocha Dias Maciel na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

² Graduanda em Direito pela Universidade de Brasília. E-mail: kellecristinap@gmail.com.

Introdução

As discussões acerca das relações de gênero no Brasil tendem a se travar essencialmente nos campos moral e religioso. Dessa forma, as argumentações são, quase sempre, carregadas de bastante subjetivismo. Os casos de linchamento virtual e de cancelamentos nas redes sociais são evidências da ausência de seriedade e objetividade nas discussões sobre qualquer temática que envolva gênero.

De um lado, o gênero é apresentado como uma construção social da supremacia masculina, capaz de machucar a todos, mas em especial, aqueles que apresentam gênero distinto do seu sexo biológico, bem como aqueles que com eles convivem (seus pais, companheiros ou companheiras), ou ainda toda uma coletividade de mulheres. Do outro, aparece como uma forma de libertação do biologismo e da negação das diferentes identidades de gênero, que se mostram como desviantes se comparadas ao padrão binário.

Nesse sentido, o que aqui se procura é explorar tais controvérsias, de forma a compreender como a teoria apresentada por Sheila Jeffreys, em uma de suas obras mais polêmicas, aproxima-se das filosofias de base correlacionista criticadas por Quentin Meillassoux. Ainda, procura-se demonstrar como tal teoria nasce e se sustenta por meio da defesa da bifurcação natureza/cultura.

Por fim, considerando a argumentação da autora, segundo a qual o gênero

machuca, busca-se levantar a discussão acerca das diferentes teorias abolicionistas de gênero. Assim, aponta-se para soluções ao problema levantado pela autora. Enquanto esta busca a eliminação de diferenças, este artigo argumenta pela proliferação destas.

Para tanto, o artigo foi estruturado em três tópicos. No primeiro tópico, *Gender Hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism*³, são apresentadas as principais ideias e argumentações presentes na tese da autora. Entre elas está a ideia de que o gênero nada mais é do que construção social do sistema patriarcal, que surge com o objetivo de reafirmar a opressão das mulheres cis e a dominação masculina como um sistema político.

Em um segundo momento, são analisadas as definições correlacionistas da noção de gênero e de transgeneridade: o primeiro teria surgido como uma expressão da supremacia masculina; o segundo, como uma construção das indústrias farmacêutica e médica. A origem de ambos, contudo, é tomada de forma correlacionista, pois exerceriam um papel específico na ordem machista e patriarcal.

No que tange à separação natureza/cultura, é apresentado o culto ao natural e à natureza biológica dos indivíduos, os quais são tomados como imutáveis e inerentes e estão presentes em toda a obra. Aqui, busca-se demonstrar que a bifurcação defendida pela autora, a

³ O Gênero Machuca: Uma Análise Feminista da Política do Transgenerismo (tradução livre).

qual privilegia o polo da natureza, é uma categoria que não se verifica na realidade.

A metodologia utilizada neste artigo é a de pesquisa bibliográfica. Como referências principais, utilizou-se o artigo “O tempo sem o Tornar-se”, de Quentin Meillassoux, para delinear a conceituação de correlacionismo e quais teorias seriam, nesse sentido, correlacionistas, bem como para estabelecer as relações entre essas correntes filosóficas e a obra de Sheila Jeffreys. Quanto às discussões referentes à separação entre natureza e cultura, o livro “Jamais fomos modernos”, de Bruno Latour, aponta para o abandono da bifurcação como categoria do pensamento. E, por último, o livro “Xenofeminism”, de Helen Hester, o qual surge como contraponto ao abolicionismo de gênero proposto por Sheila Jeffreys.

Gender Hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism

Publicado pela primeira vez em 15 de abril de 2014, *Gender Hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism*, ainda sem tradução para o português, é a obra na qual a teórica e lesbofeminista radical Sheila Jeffreys oferece uma abordagem crítica à noção de gênero e de transgeneridade, bem como à adoção desses conceitos pelas Teorias Queer e pelos movimentos feministas.

Escritora e professora de política feminista na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Melbourne, na Austrália, e conhecida por sua militância no movimento lesbofeminista, Jeffreys busca defender a tese segundo a

qual o gênero se conforma como o elemento fundante do sistema político de dominação masculina.

Para a autora, “gênero” seria uma categoria política relacionada a status de casta, que desde a sua origem traz em si uma hierarquia pré-determinativa que instaura a supremacia masculina, pois cria e reforça os estereótipos e os chamados “papéis de gênero”. Dentro desse sistema político, as diferenças no processo de transição e de transgeneridade de homens e mulheres poderiam ser entendidas por meio da noção de perda e ganho de status na pirâmide de dominação social. Assim, quando entram em transição de gênero, homens perdem status – o que estaria relacionado a um desejo masoquista – e as mulheres ganhariam status ao ascenderem para uma casta superior (JEFFREYS, 2014, p. 110). Segundo essa lógica, a mobilidade de castas tornaria a transição de gênero atrativa tanto para homens, quanto para mulheres.

Segundo a autora, é somente com a invenção da categoria de gênero que o surgimento da transgeneridade, enquanto prática, tornou-se possível. Do mesmo modo, a ideia de que existe uma essência de gênero, uma psicologia e um padrão de comportamento, adequadas a pessoas com corpos e identidades particulares, teria sido o pano de fundo para a emergência de práticas que têm por propósito transgredirem o gênero socialmente imposto (JEFFREYS, 2014, p. 1).

Essas práticas, que nas palavras de Jeffreys, assim como gênero, também são uma construção social, surgem como fenômenos que têm por propósito

beneficiar as instituições médicas e as indústrias farmacêuticas. O gênero, enquanto transformação no âmbito social, teria seu surgimento associado à necessidade de oferecer respostas aos nascimentos de crianças intersexo que, por não corresponderem a nenhum dos sexos biologicamente afirmados, precisariam de uma justificativa para o procedimento cirúrgico que se seguiria à citação de atipicidade (JEFFREYS, 2014, p. 1).

Desse modo, o entendimento de que “o gênero machuca” está associado aos seus efeitos negativos nas comunidades gays e lésbicas, bem como aos seus impactos prejudiciais tanto na vida de crianças identificadas como transgêneros, quanto na vida de pessoas que presenciaram a transição de seus companheiros ou companheiras. Além disso, haveria as consequências para toda uma coletividade de mulheres que, pelas mudanças nas legislações, tiveram de suportar, em espaços antes restritos para elas, a entrada de mulheres trans (JEFFREYS, 2014, p. 1).

Outrossim, a existência de um movimento feminista trans contradiria, tanto na teoria quanto na prática, as bases do feminismo como movimento político baseado na experiência de mulheres, que nasceram e foram criadas como mulheres. Isso porque o projeto feminista deveria oferecer suporte para mulheres que foram abusadas por homens, e não a homens responsáveis por abusos. Dito de outra maneira, homens que transgridem as

barreiras do sexo poderiam afastar as mulheres do feminismo (JEFFREYS, 2014, p. 45).

Jeffreys (2014, p. 46) ressalta que,

há quarenta anos, pensadoras do feminismo radical foram claras em sua perspectiva de que pessoas nascidas biologicamente como homens e criadas como homens, mas que buscaram reconhecimento como mulheres no movimento das mulheres pela libertação, foram engajados numa forma de colonialismo e devem ser rejeitados.⁴

Ademais, segundo a autora, os efeitos negativos da transgeneridade são potencializados pela ausência de crítica ao movimento transgênero, porquanto o transfeminismo ou o movimento trans tem procurado silenciar, de todas as formas, aqueles que desafiaram a transgeneridade, quer seja pelo cancelamento virtual, seja pela perseguição e exclusão de eventos, sem contar as campanhas difamatórias que levam à perda de cargos e mesmo à proibição de frequência de determinados espaços, violências pelas quais a própria autora já teria sido submetida.

Portanto, o que Sheila Jeffreys propõe nesta obra é que seja abolida a noção de gênero, assim como todos os seus efeitos negativos. Não se trata da abolição do gênero apenas enquanto categoria de análise, mas sim de sua negação enquanto algo que seja realmente possível, pois não existiria tal coisa como uma identidade de gênero. As mulheres são socializadas enquanto mulheres, desde que nasçam

⁴ Tradução nossa do trecho: “Forty years ago, radical feminist thinkers and activists were very clear in their view that persons who were born biologically male and raised as males, but sought recognition as women in the women’s liberation movement, were engaged in a form of colonialism and should be ejected”.

mulheres. Logo, se o objetivo da política de gênero *queer* era tornar o gênero flexível e criar mais "gêneros", as teóricas feministas radicais vão em sentido contrário, pois não buscam tornar o gênero um pouco mais flexível, mas eliminá-lo (JEFFREYS, 2014, p. 42).

A definição correlacionista de gênero em *Gender Hurts*

Como já colocado no tópico anterior, para Jeffrey's o conceito de gênero não é originário das discussões dos movimentos e teorias feministas, mas uma construção das instituições médicas e farmacêuticas que atua como elemento fundante do sistema político de dominação masculina. Por este motivo, seria um conceito útil ao delineamento do processo de construção social do papel subordinado das mulheres, o que justifica sua adoção pelas teorias feministas não-radicais.

Neste sentido, o objetivo deste tópico é buscar demonstrar como essa definição de gênero, apontada por Sheila Jeffrey's, pode ser entendida como uma definição correlacionista, na medida em que tal conceito, como subproduto da dominação patriarcal, é capaz de explicar todas as relações que possam ser traçadas entre as mulheres cis e o mundo.

Em *O Tempo sem o Tornar-se*, Quentin Meillassoux define correlacionismo como uma forma de pensamento filosófico que se coloca de maneira contrária a qualquer realismo e que parte da totalização de um correlato, aqui entendido como uma premissa que se constitui como verdade imutável – por

exemplo, a definição de gênero como causa de surgimento da dominação masculina enquanto sistema político. O correlacionismo pressupõe que

não há objetos, eventos, leis ou seres os quais não sejam desde-sempre correlacionados a um ponto de vista, a um acesso subjetivo. Qualquer um que sustente o contrário – por exemplo, que é possível acessar algo como a realidade em-si-mesma que existe absolutamente independentemente do seu ponto de vista, de suas categorias, ou de sua época, ou de sua cultura, ou de sua linguagem etc.; esta pessoa será considerada um exemplo de ingenuidade, ou se você preferir: um realista, um metafísico, um antiquado filósofo dogmático (MEILLASSOUX, 2020, p. 202).

Para o autor, as filosofias que partem de fundamentos correlacionistas se baseiam em uma alegação extremamente simples, mas bastante poderosa, aquela segundo a qual “não pode haver ‘X’ sem uma dadidade de X, e nenhuma teoria sobre ‘X’ sem uma postura de X” (MEILLASSOUX, 2020, p. 203). Tais premissas acabam por estabelecer um argumento circular, pois toda e qualquer oposição ou confirmação do correlato é pensada a partir de um ponto de vista específico, o que confirma o pressuposto correlacionista abordado acima.

Assim, num primeiro momento, o correlacionismo pode ser definido como a impossibilidade de se pensar sujeito e objeto como coisas separadas. Em um momento posterior, especialmente a partir do idealismo alemão, a própria distinção entre sujeito/objeto (pensamento/ser) deixa de fazer sentido, na medida em que só o que importa é a correlação. O que se percebe é que o objeto

perde a sua importância, e o que passa a ter relevância é como este pode ser observado pelo sujeito. Dessa forma, com base no argumento circular, toda e qualquer menção ao objeto só tem relevância porque é produzida pelo pensamento e indica um ponto vista em particular.

Nesse sentido, enquanto a primeira forma de correlacionismo teria por escopo aprimorar um consenso intersubjetivo mais apropriado, a segunda forma parte da necessidade de estabelecer qual é o correlato originário ou qual é o correlato capaz de englobar uma correlação absoluta. Como exemplo, é possível pensar na luta de classes marxista, a linguagem em Derrida, o social em Bourdieu (MACIEL, 2017, p. 49), correlato o qual explicaria tudo que é verdadeiramente importante na realidade.

No caso das teorias feministas, o correlato é bastante variável. No livro *“A mulher na Sociedade de Classes”*, a filósofa brasileira Heleieth Saffioti apresenta a luta de classes como o correlato-base de sua teoria. Já em *“O feminismo é para todo mundo”* e em *“E eu não sou uma mulher”*, da escritora e professora americana bell hooks, o correlato aparece na figura da opressão interseccional. Já a teoria lesbofeminista abolicionista de gênero de Sheila Jeffreys parte da dominação masculina como o correlato absolutizante, medida de todas as coisas, e o gênero como

a estrutura que permite a concretização de tal dominação como um sistema político.

A supremacia masculina, capaz de explicar não apenas a necessidade de construção do gênero, justifica ainda o surgimento da transgeneridade, como a construção social que permite, às mulheres trans, anteriormente membras da casta superior, perderem ostensivamente o seu status e gozarem da satisfação masoquista de serem mulheres. Por não abrirem mão de todos os seus privilégios, as mulheres⁵ que passaram pelo processo de transição são capazes de utilizá-los mesmo dentro de outro contexto, sendo capazes de exercer autoridade sobre as mulheres cis (JEFFREYS, 2014, p. 110).

Por outro lado, quanto aos homens trans, a autora afirma que:

Uma forma de explanação a ser considerada aqui é a que a transgeneridade é atrativa porque o ódio social e a subordinação de mulheres e de lésbicas, e a valorização de homens, são forças que tornam mais atrativo, para algumas mulheres, escapar de sua rejeição à feminilidade subordinada, e buscar as vantagens que a adoção da masculinidade trará (JEFFREYS, 2014, p. 112)⁶.

Logo, defende que a transição de gênero entre homens e mulheres trans são fenômenos diferentes, na medida em que gênero é uma categoria política

⁵ Ao longo de sua obra, Jeffreys refere-se às mulheres trans enquanto “homens”, pois não reconhece o fenômeno transgênero.

⁶ Tradução nossa do trecho: “One form of explanation to be considered here is that transgenerism is attractive because the societal hatred and subordination of women and of lesbians, and the valorisation of men, are forces that make it more attractive for some women to escape their relegation to subordinate womanhood and seek the advantages that the adoption of manhood will bring”.

relacionada a status de casta. Nesse sentido, homens, quando entram em transição de gênero, perdem status – e, para a autora, isso está relacionado a um desejo masoquista – enquanto mulheres ganham status ascendendo para a casta superior, mas ainda guardam resquícios da casta inferior⁷.

Por esse viés de Sheila Jeffreys, o mundo é “feito de” opressão, e a dominação masculina adquire o monopólio absoluto da produção de sentido (MACIEL, 2021), já que, como visto, todas as coisas que existem ou podem vir a existir apenas o fazem para reforçar a autoridade dos homens sobre as mulheres. A autora afirma, por exemplo, que “‘gênero’, como um sistema de castas, cria vantagens para homens e desvantagens para mulheres”(JEFFREYS, 2014, p.120, tradução nossa)⁸, ou ainda, “a categoria ‘transgênero’ foi criada por forças do poder masculino, o qual foi criado não somente socialmente, mas politicamente” (JEFFREYS, 2014, p. 29, tradução nossa)⁹.

Cumpramos ressaltar que tanto a definição de gênero como a definição de transgeneridade só fazem sentido quando pensadas a partir das condições já determinadas para a autora. Desse modo, quaisquer outras conceituações que não destacam a capacidade do gênero de machucar e de manter a dominação patriarcal são automaticamente tomadas como

errôneas. E, por conseguinte, não podem ser adotadas.

Tanto no caso de mulheres que passam pelo processo de transição, quanto no caso de homens que passaram por tal processo, fica patente a visão de que o que ela chama de transgenerismo é uma prática que machuca mulheres – na compreensão da autora tanto mulheres cis, quanto homens trans, pois conforme afirma, o gênero não é capaz de alterar o sexo biológico. Logo, não há um cenário em que não sejam estas as maiores prejudicadas.

No caso das mulheres cis que são esposas de mulheres trans, a autora alega ser curioso o fato de que são as mulheres transgêneros que são vistas como perseguidas e precisam de honra e proteção, e não as esposas que sofreram violência psicológica de seus maridos ao presenciarem o processo de transição. Para exemplificar tal violência, Sheila traz à obra o relato de Benvenuto, ex-esposa de uma moça trans que se declara incapaz de aceitar que seu ex-marido seja uma mulher, alegando que ela teve uma longa relação sexual com ele e deu à luz três filhos de seu sêmen. Contudo, sua perspectiva não seria respeitada, o que revelaria o privilégio masculino em suscitar a aprovação das comunidades e organizações patriarcais e a culpa das mulheres (JEFFREYS, 2014, p. 91).

⁷ As afirmações da autora são ambiciosas, mas parecem duvidosas, considerando que pessoas trans são marginalizadas na sociedade – quais seriam, dessa forma, seus privilégios ao mudar de casta? (ANTRA, 2020).

⁸ “Gender, as a caste system, creates advantage for men and disadvantage for women”.

⁹ “The category ‘transgender’ was created by forces of male power, that it was created not just socially but politically”.

Outro caso envolvendo o sofrimento destas mulheres aparece no relato dado por uma esposa acerca da transição da até atual companheira, que Sheila afirma ser uma comprovação do egocentrismo dos maridos transgêneros, na medida em que, no relato, a moça alega que “desde o início da transição, tudo se resumia aos sonhos, desejos e necessidades de Bobbi” (Erhardt, 2007: 120 *apud* Jeffreys, p. 83, tradução nossa). É com base nessa ocorrência narrada que a autora estabelece uma comparação entre o sofrimento vivenciado pelas esposas de mulheres trans, e o sofrimento de mulheres abusadas por homens, no sentido de que ambas situações seriam fruto da falta de empatia, a qual por sua vez seria produto da dominação masculina (JEFFREYS, 2014, p. 83-84).

Com base nesse relato, somos levados a acreditar que todos os casos de transgeneridade entre pessoas casadas levam a situações de violência psicológica entre nubentes, principalmente com relação às companheiras ou ex-companheiras de mulheres trans – na obra apresentadas como “homens que transgridem” –, as quais enfrentariam uma experiência traumática ao se depararem com a nova identidade de suas esposas. Contudo, chama a atenção que, em um cenário tão vasto de relações, essa seja considerada a regra, como se não fossem possíveis casos em que o processo de transição implique na solidariedade e o companheirismo entre os envolvidos, com ou sem a permanência do casamento ou ainda num término em que ambos sejam capazes de entender as subjetividades do outro e, assim, possam seguir em frente.

Não só estas questões deixaram de ser consideradas, como também a própria capacidade da autora de provar tais pressupostos não é demonstrada na obra. Dessa forma, para além de se amparar em relatos subjetivos, os quais são se provam generalizáveis, a autora não se preocupa em dar objetividade a afirmações quanto à equiparação entre mulheres em relacionamentos abusivos e mulheres em relacionamentos com pessoas trans, ou ainda, a origem e as formas das violências psicológicas que sofrem as mulheres cis ao acompanharem ou ao descobrirem a transição de suas companheiras. A autora constrói sua tese em afirmações que não guardam nenhuma relação de obrigatoriedade, isso porque colecionar relatos de pessoas que não se adaptaram à cirurgia de redesignação de gênero não anula o relato de pessoas que se adaptaram, assim como o contrário também não acontece. São dados que só podem ser analisados conforme cada indivíduo.

Quanto às comunidades gays e lésbicas, também atingidas pelos efeitos negativos do gênero e da transgeneridade, Jeffreys defende que a construção de tais conceitos reforçam os estereótipos de gênero, de forma a criar um não-lugar para aqueles que se apresentam de maneira desviante, como as próprias gays e lésbicas. Nesse sentido, homens gays conservadores, reafirmando a masculinidade normativa, procurariam negar e excluir homens gays afeminados, colocando-os na categoria de “transgêneros” (JEFFREYS, 2014, p. 32). Por outro lado, as lésbicas masculinizadas, chamadas pela autora de “*butches*” por não encontrarem um espaço valorizado na

comunidade lésbica, migrariam para a transgeneridade (JEFFREYS, 2014, p. 105).

Destarte, como homens trans, as lésbicas teriam acesso ao dividendo patriarcal, aos privilégios e vantagens que pertencem aos homens em sistemas de dominação masculina. Outro ganho significativo com a transição consistiria em maior segurança física e liberdade, pois escapariam do abuso, assédio e violência dos homens que as mulheres cis, as quais permaneceriam na linha de frente de gênero, continuam experimentando (JEFFREYS, 2014, p.109-111).

Todavia, somos levados a questionar a capacidade de homens gays conservadores determinarem a transgeneridade ou não de homens gays afeminados, tendo em vista o alto grau de subjetividade em que tais questões estão envolvidas. Chama atenção a imposição de uma identidade e a sua aceitação sem resistência, como se não houvesse um custo a ser pago tanto socialmente, quanto dentro da própria subjetividade do indivíduo. Ainda, é questionável a tese que afirma a fuga de mulheres lésbicas masculinizadas da comunidade lésbica para a transgeneridade por falta de representação, como se essas não pudessem se retirar de tais comunidades, ou ainda, como se houvesse uma homogeneidade nas organizações de mulheres lésbicas. Em ambos os casos, a opressão patriarcal é o monopólio da produção de sentido da vida de gays e lésbicas, correlato absoluto e homogeneizante que não considera a contingência da vivência desses indivíduos.

No que tange aos impactos das legislações, a autora ressalta os prejuízos que estas causam ao permitirem a entrada de mulheres trans em espaços antes exclusivos para mulheres cis, de forma a submeter as últimas a sofrimentos e situações de maiores vulnerabilidades, o que colocaria não apenas a integridade física dessas mulheres cis em risco, mas também sua saúde mental e emocional, por exemplo (JEFFREYS, 2014, p. 155).

Para demonstrar e comprovar o seu argumento, a autora traz à narrativa casos em que homens, vestindo roupas femininas, foram presos por se comportarem de maneira prejudicial em espaços femininos. A gama de atos que praticam incluiria fotografar secretamente mulheres usando banheiros e chuveiros, atrair crianças a banheiros a fim de agredi-las sexualmente, espiar as mulheres sob divisórias ou exigir que as mulheres as reconheçam como mulheres. Nesse último caso, Sheilla relata que é comum que as mulheres trans se tornem agressivas caso as mulheres cis não as reconheçam. Como nos dois casos narrados pela autora:

Em um caso de Little Rock, Arkansas, um homem de trinta e nove anos vestindo roupas femininas foi preso após se expor e se masturbar na frente de três crianças, além de tentar atraí-las para o banheiro feminino (Newport TV, 2010). Ele tinha um longo histórico de exposição indecente [...] Em maio de 2013, um homem vestindo roupas de "mulher", que usava uma câmera escondida para filmar mulheres em banheiros femininos, foi preso na Califórnia (Daily News, 2013) (JEFFREYS, 2014, p. 155, tradução nossa).

Ao trazer tais narrativas, a autora demonstra aquilo que ela deseja que as pessoas vejam, casos que geram indignação e ódio contra todos aqueles que, segundo ela, vestem-se de mulher, pois todos eles seriam potenciais assediadores ou abusadores. A opção da autora, durante toda a obra, em se referir às mulheres trans como “homens vestidos de mulher” mostra-se extremamente conveniente quando da análise dessas situações, já que, para ela, como não existem diferenças entre homens cis e mulheres trans, a autora não precisa se ater a casos em que evidentemente eram mulheres que cometiam tais delitos. Para ela, nesses casos nem mesmo seria possível a diferenciação.

Aqui, não se busca negar que tais casos sejam possíveis, mas que estes não podem ser generalizados como uma regra inescapável. Não é possível afirmar que todos aqueles que adentraram os banheiros femininos, e causaram com suas condutas danos a mulheres, são mulheres trans, ou ainda que todas as mulheres trans, ao adentrarem esses espaços, apresentaram a mesma conduta que tais indivíduos. Mais uma vez, a autora aplica um correlato absolutizante, relacionando necessariamente violência e abusos sexuais à transgeneridade.

Já em relação às pessoas trans em si, Jeffreys chama atenção para o problema cada vez mais comum de arrependimento entre pessoas transgênero, ou seja, os sentimentos dos sobreviventes do tratamento que consideram que foram diagnosticados erroneamente e podem desejar fazer uma cirurgia reconstrutiva para reparar danos cirúrgicos (JEFFREYS,

2014, p. 58). Apesar de alegar que são cada vez mais comuns os casos de pessoas trans que se arrependem dos procedimentos cirúrgicos, a autora não apresenta dados que confirmam tais alegações, apenas se baseia nessa afirmação genérica para exemplificar como a transgeneridade é capaz de machucar a todos, inclusive as pessoas transgêneros.

O que a autora não percebe é que todas essas afirmações e argumentos por ela elencados são contingentes, ou seja, podem ou não acontecer. No entanto, mais do que um erro, tal insistência da autora em subordinar todo o movimento transgênero a um só correlato (supremacia masculina) é ressaltado por Meillassoux como um propósito correlacionista: escamotear ou não perceber as contingências, posto que se torna quase impossível explicar qualquer processo em que não se parta de tal correlação. Assim, ao abandonar a contingência, tudo passa a ser necessário e em contrapartida tudo tem a ver com dominação de gênero.

Cumprido ressaltar que as problemáticas aqui levantadas não se referem propriamente aos correlatos que a autora utiliza, mas sim ao propósito de absolutização desses correlatos que é própria do correlacionista radical. Ademais, não se questiona que a desigualdade de gênero exista. Como se sabe, afirmações como a de que homens ganham mais do que mulheres são atestadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ano após ano. Em 2019, por exemplo, os dados indicaram que as mulheres ainda ganham cerca de 20,5% a menos que os homens (IBGE),

assim como são crescentes os casos de feminicídios.

Contudo, questiona-se com base em quais argumentos a autora é capaz de afirmar que as mulheres trans passam pelo processo de transição por puro masoquismo, uma vez que a autora não traz qualquer elemento à obra que seja capaz de demonstrar indício da relação causal entre as duas coisas. Ainda, não demonstra causalmente como a transgeneridade encontra razão apenas na dominação masculina, sendo esta, para a autora, assegurada pela noção de gênero. O que fica evidente é a criação de uma cadeia na qual todos os eventos que envolvem transgeneridade demonstrariam a capacidade do gênero machucar, enquanto este por sua vez só existiria para assegurar a dominação masculina como um sistema político: o patriarcado.

Dessa forma, o que a autora busca demonstrar é que algo fora de tal correlação é algo improvável ou mesmo impossível. Tal como afirma Meillassoux, a correlacionista apela para o princípio da facticidade (MEILLASSOUX, 2020, p. 214), de forma a defender a impossibilidade de qualquer concepção que não seja a por ela elencada, uma vez que “é fato que” o mundo é feito de dominação masculina.

Essa tentativa de monopolizar a produção de sentido através de um único correlato posteriormente é criticada por uma série de outras teorias, como a Teoria Ator-Rede, de Bruno Latour. Conforme o filósofo da ciência, temos que parar de usar as categorias modernas para explicar o mundo, a fim de que proposições como “tudo é natureza”, “tudo é social”, “tudo é

linguagem” e variantes deixem de fazer sentido. Em certa medida, o que Latour está combatendo é o que ele chama de “prestidigitação”, que ocorre quando uma expressão complexa é substituída por algo mais banal (LATOUR, 2012, p. 148). Da mesma forma, as proposições feitas por Jeffrey não consideram as complexidades do fenômeno que critica, reduzindo tudo aquilo que envolve e se relaciona com gênero como obrigatoriamente produto da dominação patriarcal por ele estabelecida. Para além dessas contribuições, que reforçam a crítica ao correlacionismo da autora, Bruno Latour e a sua crítica aos modernos e ao propósito destes de modernização do mundo, tornam-se úteis para uma argumentação que a autora lança mão em *Gender Hurts*, a bifurcação natureza-cultura, pilar fundamental da crítica apresentada à transgeneridade e ao gênero.

Gênero e transgeneridade como conceitos bifurcados

Em sua obra *“Jamais Fomos Modernos”*, o filósofo francês Bruno Latour propõe que abandonemos o mundo das representações modernas e o uso de suas categorias para explicar o mundo. Isso porque a cultura moderna, a partir de sua filosofia, foi responsável por criar uma cisão entre o homem e as coisas, entre o sujeito e o objeto, entre a sociedade e a natureza e uma série de outras distinções necessárias ao seu projeto de purificação, ou, à defesa de sua tese de libertação.

Segundo o autor, com base nesses propósitos, a modernidade inventou uma série de mitos, dentre eles o da bifurcação,

entendida como o processo de purificação ou separação entre natureza/mundo x cultura/sociedade, separação esta que se tornou o escopo da filosofia moderna e suas ciências. Por este motivo, “nossa vida intelectual é decididamente mal construída. A epistemologia, as ciências sociais, as ciências do texto, todas tem uma reputação contanto que permaneçam distintas” (LATOURE, 1994, p. 11).

Tal processo, enquanto um problema, aparece pela primeira vez no livro *O Conceito de Natureza*, do filósofo e matemático britânico Alfred North Whitehead, que denuncia nessa obra as teorias da bifurcação da natureza, as quais dividem a realidade em dois sistemas distintos, de modo que a realidade mental é entendida como absolutamente diferente da realidade do mundo. Nesse sentido, o autor afirma que o alvo de seu protesto

É essencialmente a bifurcação da natureza em dois sistemas de realidade, os quais, conquanto sejam reais, são reais em sentidos diferentes. Uma realidade seriam as entidades como os elétrons, objeto de estudo da física especulativa. Essa seria a realidade oferecida ao conhecimento, muito embora nessa teoria ela jamais seja conhecida. Isso porque o passível de cognição é a outra espécie de realidade, a ação coadjuvante da mente. Existiriam, portanto, duas naturezas: uma é a conjectura e a outra, o sonho (WHITEHEAD, 1994, p. 38).

Conforme tais teorias, a subjetividade, como elemento próprio do indivíduo, é o elemento determinante, de modo que as demais coisas (objetos natureza) somente possuem importância quando preendidos por ela. O que se

verifica é a total perda de autonomia e a agência daquilo que não for produto de uma metafísica de intersubjetividade (constelação de solipsismo). Isso porque

Toda essa noção baseia-se parcialmente na admissão implícita de que a mente só pode conhecer aquilo que ela mesma produziu e de alguma forma conserva dentro de si, embora exija uma razão extrínseca tanto para originar como para determinar o caráter de sua atividade (WHITEHEAD, 1994, p. 39).

Em Latour, essa conceituação de bifurcação vai ser lida conforme o seu papel desempenhado na constituição dos modernos, tanto no que se refere a dimensão do discurso, quando estes se declaram como povo apto ou iluminado a realizar a modernização do mundo, quanto na dimensão da realidade, quando ao tentarem purificar a mistura natureza/cultura, só o que conseguiram foi atuar na proliferação daquilo que buscavam combater: híbridos, transformados pelo discurso moderno como uma evidência do pré-moderno e que portanto precisa ser eliminada.

Segundo o filósofo,

a palavra moderno designa dois conjuntos de práticas totalmente diferentes que, para permanecerem eficazes, devem permanecer distintas, mas que recentemente deixam de sê-lo. O primeiro conjunto de práticas cria, por tradução, misturas entre gêneros de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura. O segundo cria, por purificação, duas zonas ontológicas inteiramente distintas, a dos humanos de um lado, e a dos não humanos de outro (LATOURE, 1994, p. 16).

Assim, ao retomar as origens da separação entre a ciência social (política) e

a ciência do natural, argumenta que foi estabelecido que cabe à ciência a representação dos não-humanos, sem que esta possa fazer qualquer apelo à política, enquanto à política cabe a representação dos cidadãos, mas lhe é vedada qualquer relação com os não-humanos, objetos da ciência e da tecnologia (LATOURE, 1994, p. 34).

Isso porque, segundo Latour, a Constituição Moderna inventa uma separação entre o poder científico, encarregado de representar as coisas, e o poder político, encarregado de representar os sujeitos (LATOURE, 1994, p. 35). Ademais, por meio do seu projeto de iluminação e de emancipação, a modernidade consegue inventar a hierarquia de pessoas, de políticas, de países, tudo isso com base na motivação ontológica de que o ser precisa ser purificado. Dito isso, o caminho em direção à sociedade pura, livre, pressupõe o cancelamento da natureza, ou seja, o abandono da pré-modernidade.

Contudo, a bifurcação, para além da luta pela separação entre natureza/cultura, pode assumir outras formas, como a separação passado/presente, ciências da natureza/ciências do social, mente/corpo e variações, sempre de modo a instituir uma hierarquia pré-determinativa – seja para defender um polo, seja para defender o outro.

Em teses como as de Sheila Jeffreys, nas quais se busca estabelecer o que é natural e o que é social, ou ainda o que é humano do que não é, os conceitos, ainda que sejam claramente bifurcados, apresentam-se de maneiras camufladas, diluídas,

mas sempre presentes. É o que a autora vem construindo ao longo de toda a obra, como na divisão entre o que é incumbência da psicologia e psiquiatria (mente), e o que seria de responsabilidade médica de endocrinologistas e cirurgiões plásticos (corpo).

O mesmo acontece quando esta busca separar o que é proveniente da natureza, no caso as mulheres cis, e o que advém da cultura, as mulheres trans. Isso porque, para a autora, o transexualismo é um produto da indústria médica ou uma falha no desenvolvimento biológico que precisa ser reparada pela gentil atenção dos cirurgiões, e não um aspecto trans-histórico e essencial da humanidade (JEFFREYS, 2014, p. 39).

Contudo, diferentemente do que fazem os modernos em seu caminho de libertação, na cisão estabelecida entre corpo e mente, em *Gender Hurts* é o corpo que estabelece uma hierarquia pré-determinativa, de modo que, se há um conflito entre ambos, é uma indicação evidente de que o indivíduo apresenta condições mentais instáveis, pois o corpo, enquanto máquina biológica, nunca erra. Logo, se os modernos advogam pelo cancelamento da natureza e o caminho rumo à cultura, Sheila Jeffreys faz o movimento inverso ao defender o retorno do culto ao natural, ao biológico e o cancelamento das construções sociais que possibilitaram o surgimento das noções de gênero e transgeneridade.

Segundo a autora, o termo *gênero* foi usado pela primeira vez com o propósito de normalização de bebês intersexo, uma vez que permitiria aos

médicos designar as características comportamentais que consideravam mais adequadas para pessoas de um ou outro sexo biológico. Afirma que “a ideia de gênero foi desenvolvida pelos sexólogos John Money e outros na década de 1950 e era entendida como ‘o desempenho social indicativo de uma identidade sexual interna’” (JEFFREYS, 2014, p. 27)¹⁰.

Mais tarde, o termo foi adotado por algumas teóricas feministas na década de 1970 para estabelecer a diferença entre o sexo biológico e as características que derivavam da política e não da biologia, as quais foram chamadas de gênero (JEFFREYS, 2014, p. 4). Entretanto, desde os anos 1950 e 1960, alguns endocrinologistas já se apoiavam nas noções de gênero para legitimar o tratamento de mudança corporal para transexuais, ainda que houvesse médicos e psiquiatras que não concordassem que um problema mental devesse ser tratado com terapias físicas (JEFFREYS, 2014, p. 102). Outro elemento associado à criação da ideia de identidade de gênero como uma forma distinta da sexualidade é que “gênero” é conceituado como uma forma de diferença social ao invés de, numa perspectiva feminista, um local de relações de poder (JEFFREYS, 2014, p. 34).

À medida em que o termo “gênero” foi adotado mais amplamente pelas feministas, seu significado foi transformado para significar não apenas o comportamento socialmente construído associado ao sexo biológico, mas o próprio sistema de poder masculino e de

subordinação das mulheres, que ficou conhecido como a “hierarquia de gênero” ou a “ordem de gênero” (JEFFREYS, 2014, p. 4).

Em sentido parecido, a transgeneridade tornou-se um termo guarda-chuva para uma grande variedade de pessoas que se sentem desconfortáveis com os papéis tradicionais de gênero, mas que, sem uma análise feminista de que o gênero em si é o problema, procuram representar seu desconforto através da adoção de elementos do estereótipo de gênero oposto (JEFFREYS, 2014, p. 8).

Logo, a problemática para Sheila Jeffreys é que, o que as pessoas trans sentem ou vivenciam em relação ao seu gênero é uma construção social da dominação patriarcal e, portanto, não é verdadeiramente real. Trata-se, na verdade, de uma experiência artificial, falaciosa. Sheila, assim como a militância pós-moderna apresentada no livro “*Reagregando o social*”, de Latour, parte da concepção segundo a qual construção social é sinônimo de “déficit de realidade”, “artificialidade”, “invenção” ou “falsidade”. Desse modo, institui-se uma dicotomia: ou uma coisa é real e não construída, ou é construída e, portanto, artificial, falsa, ideada, questionável (LATOUR, 2012, p. 132-134). Contudo, tal paradoxo, conforme afirma Latour, se contrapõe a tudo aquilo que é experienciado nos laboratórios, na medida em que ser inventado e ser objetivamente real podem se equivaler (LATOUR, 2012, p. 136).

¹⁰ Tradução nossa do trecho: “The idea of gender was developed by the sexologists, John Money and others, in the 1950s and understood as ‘the social performance indicative of an internal sexed identity’”.

A autora sente a necessidade constante de demarcar que a diferença não é possível, pois por mais que uma pessoa trans aponte que o seu sexo biológico não coincide com seu gênero, o primeiro não pode ser mudado, o que implica dizer que aquela pessoa não pode ser tratada conforme a sua identidade de gênero, que, segundo a autora é uma condição mental.

Além disso, argumenta que os próprios transgêneros são prejudicados por regimes de tratamentos hormonais e cirúrgicos que podem não reduzir sua tendência suicida, mas podem causar dor, danos físicos e isolamento social. Outrossim, ao acreditarem no mito de que podem ter seu sexo transformado, figuram em uma verdadeira tragédia ao perderem tanto partes do corpo, como parceiros, contato com família e filhos, além de sofrer solidão e isolamento como resultado da crença no mito do 'império transexual' dos endocrinologistas, cirurgiões, psicólogos e alguns psiquiatras (JEFFREYS, 2014, p. 183).

Assim, “fetos femininos são abortados e bebês femininos são mortos por causa do sexo, não por discriminação de ‘gênero’” (JEFFREYS, 2014, p. 6, tradução nossa)¹¹, bem como as mulheres não decidem em algum momento na idade adulta que gostariam que outras pessoas as entendessem como mulheres, porque ser mulher não seria uma “identidade”. A experiência das mulheres não se assemelha à dos homens que adotam a “identidade de gênero” de ser mulher, ou seja, tais homens não seriam mulheres em qualquer aspecto. A ideia de “identidade

de gênero”, nesse sentido, desaparece da biologia e de todas as experiências que aquelas com biologia feminina têm de serem criadas em um sistema de castas baseado no sexo.

Todavia, o que a autora e todo moderno não é capaz de enxergar é que não existe tal coisa como uma natureza pura, exata, verdadeira, tampouco um social artificial, inteiramente construído e falsificado. O corpo, assim como todas as coisas, é sempre natural e artificial, pois a artificialidade é uma característica que pode estar presente em todas as coisas. A própria relação entre hormônios e sexo não é bem estabelecida e tal relação sequer é comentada pela autora.

É por este motivo que, segundo Latour, jamais fomos modernos, pois a representação do mundo conforme propõe aqueles que aderem a este projeto, nunca aconteceu. Pois quanto mais a modernidade tentasse proibir, mais o cruzamento entre as fronteiras dos polos natureza/cultura se tornou possível e o que se verificou, na prática, foi uma imensa proliferação de híbridos. Logo, a constituição moderna permitiu a proliferação dos híbridos cuja existência – e mesmo a possibilidade – Jeffreys nega (LATOURE, 1994, p. 19). Citando Latour:

O menor vírus da AIDS nos faz passar do sexo ao inconsciente, à África, às culturas de células, ao DNA, a São Francisco, mas os analistas, os pensadores, os jornalistas e todos os que tomam decisões irão cortar a fina rede desenhada pelo vírus em pequenos compartimentos específicos, onde encontraremos apenas ciência, apenas economia, apenas representações

¹¹ “Female fetuses are aborted and female infants are killed because of sex, not ‘gender’ discrimination”.

sociais, apenas generalidades, apenas piedade, apenas sexo (LATOIR, 1994, p. 8).

É nesse sentido que o autor francês se propõe a reatar o “Nó Górdio” e produzir uma filosofia que não seja dividida nem em natureza, nem em cultura. Com isso, o que ele propõe, como já dito, é que tais categorias deixem de ser utilizadas como base para produção de sentido. Não com o propósito de se defender que existe uma unidade entre natureza e cultura, mas que algo como uma natureza imanente e uma cultura pura (e vice-versa) jamais existiu como são caracterizados na modernidade. Segundo o autor, não há nada a *priori*, puro, mas apenas a proliferação de híbridos, os quais não precisam de ser classificados como “híbridos” se se abandona a bifurcação.

Bruno Latour nos convida a pensar em híbridos. Ao invés de fingirmos que o mundo é purificado entre humanos x natureza, passamos a “regulamentar” a produção de híbridos ao abandonarmos a metafísica da subjetividade que está por trás da bifurcação da natureza. Isso porque

no meio, onde supostamente nada acontece, quase tudo está presente. E nas extremidades, onde reside segundo os modernos, a origem de todas as forças, a natureza, e a sociedade, a universalidade e a localidade, não há nada além de instâncias purificadas que servem de garantias constitucionais para o conjunto (LATOIR, 1994, p. 121).

O reconhecimento dos híbridos abre espaço para a percepção de que teses que se assentam no patriarcado, no machismo, na cultura, na natureza etc são pontos que servem para escamotear o verdadeiro problema: a defesa da

bifurcação. E que esta, enquanto um problema, não se restringe apenas ao campo da teoria, mas é capaz de atingir diretamente a vida das pessoas – no caso, negando-se a possibilidade de existência de pessoas transgênero.

Desse modo, longe de se procurar defender que a crítica à categoria de gênero (bem como transgeneridade e variantes), feita pela autora, é completamente descabida, busca-se compreender como ela, ao defender a bifurcação natureza/cultura expressa na divisão mulheres cis/mulheres trans, funda sua própria crítica em um erro categorial.

Ademais, fica patente que a crítica moderna funciona de forma advocatícia, pois sua estrutura discursiva mal feita permite que se faça qualquer coisa com um instrumental teórico praticamente nulo. Assim, ainda que nada ou nenhuma coisa seja em si não-criticável, é preciso questionar: qual o valor da acusação pela acusação? Ou da acusação que tem por objetivo camuflar a inexistência de argumentos consistentes? Ou ainda da acusação enquanto crítica pautada na purificação, enquanto um fenômeno que jamais existiu? Como afirma Latour, “solidamente apoiado sobre a certeza transcendental das leis da natureza, o moderno pode criticar e desvendar, denunciar e se indignar frentes às crenças irracionais e às dominações não justificadas” (LATOIR, 1994, p. 42).

Ademais, ao afirmar que a transgeneridade, por ser uma ideologia masculina, coloniza a experiência e existência das mulheres (JEFFREYS, 2014,

p. 48) cis, a autora deixa de considerar que o controle dos corpos e da sexualidade negras e indígenas, ambas associadas à noção de parafilia e a doenças, faz parte do projeto de novo mundo dos modernos. Ou seja, não considera que o culto ao natural ainda não se mostrou capaz de gerar mais liberdade e menos opressão, como pressupõe sua argumentação.

Se, em *Gender Hurts*, o que Sheila parece defender é que movimentos políticos como o transfeminismo somente são possíveis quando se considera que *tal coisa como uma biologia não existe ou não poderia existir* (JEFFREYS, 2014, p. 53). De fato, sendo a biologia considerada como o desvelamento de uma natureza pura e por conseguinte, automaticamente boa e sagrada, se jamais fomos modernos como preceitua Latour, essa é uma afirmação que somos levados a aceitar.

Conclusão

Gender Hurts é escrito por Sheila Jeffreys como uma forma de protesto. A exclusão da autora de alguns eventos acadêmicos, bem como a vedação de sua participação em espaços de movimentos feministas não-radicais são elencados como elementos motivacionais para a escrita dessa obra. Como se buscou demonstrar ao longo deste artigo, um traço marcante da obra é o tom de denúncia acerca da ausência de crítica à construção social do gênero e da transgeneridade, fenômenos que, segundo ela, desde o seu surgimento, acirraram os processos de opressão e de dominação masculina e que, além de tudo, afastam as mulheres do feminismo.

Nesse sentido, *Gender Hurts* funcionaria como um material de apoio para todos aqueles que conseguem ver no gênero a capacidade de machucar e de ferir toda a coletividade de mulheres que negam a transgeneridade e que defendem a abolição do gênero como uma premissa essencial para a superação do patriarcado.

Todavia, como se pode ver no decorrer do artigo, a teoria defendida pela autora se traduz em duas grandes apostas: de um lado, a definição correlacionista de gênero e da transgeneridade; do outro, a bifurcação natureza/cultura, que na obra é melhor representada pela dualidade corpo/mente. Ao contrastar os postulados da autora com as críticas feitas por Quentin Meillassoux às teorias de base correlacionista, ficou patente a impossibilidade de leitura da obra sem o correlato “supremacia masculina” ou “patriarcado”, elemento fundante de todas as coisas.

Ao construir toda uma teoria sob um único pilar de sustentação, o que Sheila Jeffreys não parece perceber é a dificuldade de generalização de seus pressupostos. Diversas foram as premissas feitas, mas poucas foram as tentativas da autora de tentar prová-las. Afirmações como “o masoquismo é inerente às pessoas transexuais ou transgêneros” foram feitas com base em argumentações de extrema subjetividade, nas quais a autora recorre a evidências anedóticas para a sua comprovação, suprimindo, contudo, a contingência de tais episódios ou relatos. De forma que apenas as conceituações, informações, dados e discursos que estejam conforme a sua tese sejam aceitas. A tentativa de

abandono da contingência e a absolutização dos correlatos faz com que os indivíduos percam sua agência, pois nada é possível fora da correlação.

Outrossim, a tese bifurcada da autora, aliada à construção correlacionista, permite à autora a defesa de uma tese que, em sua concepção, é inabalável. Isso porque tudo aquilo que poderia se apresentar enquanto crítica (contingência, a impossibilidade de totalização da subjetividade, a hibridização como resultado da busca pela purificação) não é por ela recepcionada ou sequer rebatida.

Ademais, a bifurcação, na obra da autora, aparece de uma maneira diferente: se os modernos tinham por propósito o abandono da natureza e a movimentação em direção à cultura, Sheila propõe que se faça o contrário – que a cultura seja cancelada e que se cultive a natureza, pois, diferentemente da cultura, tudo que é biológico (natural) seria, por consequência, real.

Entretanto, assim como Latour, outros filósofos têm contestado a tese segundo a qual tudo aquilo que advém da natureza é real e verdadeiro, e tudo aquilo que é produto da cultura é falso, ideado. Segundo Latour, a purificação, enquanto projeto da modernidade, nunca existiu, assim como a própria modernidade. Tudo que os modernos conseguiram demonstrar foi a imensa proliferação de híbridos.

Desse modo, a separação mulheres cis/mulheres trans com base na bifurcação natureza/cultura, real/artificial, deixa de fazer sentido a partir do momento em que abandonamos a purificação e assumimos os híbridos como aquilo que há de mais

real e concreto, pois os corpos, as coisas, são um misto de natural e artificial e todas as outras coisas. Pois um natural puro, imanente, jamais existiu.

Assim, cumpre-nos perguntar: qual vantagem o culto imotivado ao natural é capaz de trazer? Ou ainda, como isso pode efetivamente modificar a realidade de opressão e violência que é pela autora narrada? A natureza, assim como todas as demais coisas, não seria passível de transformação? Ou de contestação? Seria possível um feminismo de gênero abolicionista que consiga defender suas premissas sem se pautar na eliminação, proposta por Sheila Jeffreys, das diferenças? São questões que Helen Hester e diversas outras membras do *Laboria Cuboniks*, grupo de estudos xenofeminista, propõem-se a debater.

O xenofeminismo, enquanto uma proposta feminista tecnomaterialista, antinaturalista e abolicionista de gênero, tem apontado a necessidade de se pensar formas de opressão e dominação masculina para além do patriarcado, de forma que elementos como a tecnologia, por exemplo, longe de ser entendida como algo neutro e acima de qualquer intervenção, deve ser entendida como uma esfera de potencial intervenção ativista. Em contrapartida, a defesa da tecnologia pode se converter em uma defesa moderna, na medida em que o mito da modernidade vê como positivo o controle total da natureza e o processo pelo qual se domina todas as forças selvagens em benefício do homem (HESTER, 2018, p. 16).

Todavia, a autora assenta que de nada adianta (intelectualmente, moralmente ou politicamente) apelar ao natural e ao puro. Isso porque o Xenofeminismo parte da premissa contemporânea de que a biologia não é sinônimo de determinis-

mo, assim como a socialidade não é sinônimo de transformação (HESTER, 2018, p. 27-28). Mas essas são questões que, dada a sua complexidade, devem ser objeto de um outro trabalho.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2019*. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/11/boletim-5-2020-assassinatos-antra.pdf>> Acesso: dez. 2020.

HESTER, Helen. *Xenofeminism*. Cambridge: Polity Press, 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1º trimestre de 2019*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8ff41004968ad36306430c82eece3173.pdf>.

JEFFREYS, Sheila. *Gender hurts: A Feminist Analysis of the Politics of Transgenderism*. Nova York: Routledge, 2014.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Tradução: Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador-Bauru: EUDFBA e EDUSC, 2012.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos – Ensaios de Antropologia Simétrica*. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1994.

MACIEL, Otávio S.R.D. *Primeiro Esboço de um Tratado de Metametafísica*. Tese (Doutoramento em Filosofia) – UnB. Brasília, 2021, manuscrito ainda não-publicado).

MACIEL, Otávio S.R.D. *Curso de Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann*. Compilado de Roteiros de Aula disponibilizados no Academia.edu – UnB. Brasília, 2018.

MACIEL, Otávio S.R.D. *Meta-metafísica e Correlacionismo: Desafios e Direções para uma Filosofia no Século XXI*. Dissertação (Monografia em filosofia) – UnB. Brasília, 2017.

MEILLASSOUX, Quentin. O Tempo sem o Tornar-se. Tradução de Rafaela Silva Borges, Introdução e notas de Otávio Souza e Rocha Dias Maciel in. Anãnsi: Revista de Filosofia, Salvador, v. 1, n. 1, p. 196-219, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uneb.br/index.php/anansi/article/view/9599>>. Acesso: dez. 2020.

WHITEHEAD, Alfred N. *O Conceito de Natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.